



Karl Marx, força de trabalho e trabalho abstrato: mediações teóricas e políticas

Karl Marx, labour power and abstract work: theoretical and political mediations

Henrique Wellen¹

orcid.org/0000-0002-4787-5918
harw@uol.com.br

Recebido em: 9/3/2020.

Aprovado em: 7/9/2020.

Publicado em: 23/12/2020.

Resumo: A formação do pensamento de Karl Marx passou por momentos distintos e teve influências diversas. Dentre elas, destacam-se as chamadas “três fontes”: a filosofia alemã, a economia política inglesa e a perspectiva revolucionária. No caso da economia política, é possível visualizar três períodos centrais que demarcam diferenças importantes da relação de Marx com essa ciência: até 1844, entre 1845 e 1849, e a partir de 1857. Se, no trânsito desses períodos se destacam algumas categorias importantes, as formas de tratamento dados às categorias força de trabalho e trabalho abstrato anunciam importantes mediações teóricas e políticas.

Palavras-chave: Trabalho abstrato. Karl Marx. Economia Política.

Abstract: The formation of Karl Marx’s thought went through different moments and had different influences. Among these, the so-called “three sources” stand out: German philosophy, English political economy and the revolutionary perspective. In the case of political economy, it is possible to visualize three central periods that demarcate important differences in Marx’s relationship with this science: up to 1844, between 1845 and 1849, and after 1857. If, during the transit of these periods, some important categories stand out, the forms of treatment given to the categories of labour power and abstract labour announce important theoretical and political mediations.

Keywords: Abstract labour. Karl Marx. Political economy.

Introdução

O pensamento de Karl Marx passou por momentos distintos e teve influências diversas. Dentre elas, destacam-se as chamadas “três fontes”: a filosofia alemã, a economia política inglesa e a perspectiva revolucionária. No caso da economia política, podem-se visualizar três períodos centrais que demarcam diferenças importantes da relação de Marx com essa ciência: até 1844, entre 1845 e 1849, e a partir de 1857.

No trânsito desses períodos, destacam-se usos distintos dados a algumas categorias importantes. Como destaque, tem-se a diferenciações entre as categorias trabalho e força de trabalho, e entre as categorias valor e preço. Essas distinções foram essenciais para o aprofundamento da análise crítica das determinações da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista e subsidiaram Marx, por exemplo, a apreensão da mais-valia.

Não obstante, a categoria do trabalho abstrato acompanha, de forma direta ou indireta, a apreciação realizada pelo pensador alemão das categorias citadas. Nesse sentido, podemos afirmar que as formas de tratamento dadas à categoria força de trabalho e trabalho abstrato



¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

anunciam importantes mediações teóricas e políticas presentes na trajetória deste pensador.

O objetivo central deste ensaio foi apresentar alguns elementos acerca desta premissa.

1 Karl Marx e a Economia Política

A formação do pensamento de Marx se desenvolveu em momentos distintos e com substancialidades teóricas e políticas variadas. Em relação às chamadas “três fontes” do seu pensamento, a centralidade analítica anunciou-se em torno da filosofia alemã, da economia política clássica e da perspectiva de transformação social (LENIN, 1977).

No primeiro campo, demarcam-se as particularidades da herança do pensamento iluminista no solo alemão a partir da vigorosa crítica kantiana aos postulados da razão. Nesse sentido, a resposta de Hegel (1992) apresentou-se como uma tentativa de reconectar pressupostos teóricos e metodológicos rompidos pelo sistema analítico de Kant, com destaque para a capacidade da consciência em apreender a essência dos objetivos, estruturada pela mística identidade entre sujeito e objeto.

A incendiária crítica teórica de Feuerbach contra Hegel serviu, por seu turno, tanto para situar o materialismo no campo de batalha filosófico, como fez evanescer pressupostos históricos da dialética e da práxis. Essa herança alcançou Marx que, após relações distintas com esses arcabouços teóricos e metodológicos, apresentou uma síntese capaz de superar estes autores e situou, de forma inédita e sistemática, uma complexa análise da historicidade baseada na práxis humana (GRAMSCI, 1981, p. 33).

Já em relação à economia política, releva-se a vigência da teoria do valor-trabalho e a importância destacada dos dois maiores vultos deste campo do conhecimento: Adam Smith e David Ricardo. Foi através da assimilação crítica das investigações realizadas por estes pensadores que Marx apresentou suas principais categorias econômicas, com destaque para a mais-valia. Com a apresentação científica desta categoria, a luta de classes do proletariado recebeu uma

fundamentação científica, fato que, do outro lado do campo de batalhas, ampliou a necessidade de suspeição e de suspensão da economia política.

Contudo, os entrelaçamentos entre uma perspectiva revolucionária e o desenvolvimento das análises teóricas de Marx não se revelaram de forma apriorística. Não é que, por si só, a filiação ideológica a uma posição de classe crítica e viés transformador conduza a um patamar superior de análise social. A identidade linear e imediata entre a ciência e a política termina, tão somente, indicando o postulado de uma consciência adjudicada (MÉSZÁROS, 2006, p. 405).

Não foi o caso de Marx. Como demonstram estudos em campos análogos (como a estética), a subordinação da análise científica da realidade por uma posição política foi um fenômeno bastante criticado (ENGELS, 2019).²

No campo epistemológico, a principal contribuição de uma perspectiva de classe transformadora para a uma fundamentação científica rigorosa é a possibilidade de ruptura de limites ideológicos. A crítica à sociedade dominada pelo modo de produção capitalista realizada por Marx permitiu a visualização de um horizonte para além das fronteiras ideológicas da naturalização do mercado capitalista, possibilitando a problematização de categorias econômicas utilizadas. Tal processo se destacou na crítica da economia política.

Categorias como força de trabalho e trabalho eram comumente utilizadas por autores da economia política e serviam de base, tanto para indicar a fonte do valor das mercadorias, como a sua relação de troca. Em especial, dentro dos integrantes da chamada teoria do valor-trabalho, eram por meio dessas categorias que se conectavam as determinações econômicas do espaço produtivo com as trocas comerciais. Todavia, a relação entre estes dois ambientes econômicos (produção e circulação) resvalava na problemática analogia entre valor produzido e valor trocado (ou, nos termos empregados posteriormente por Marx (2010a), entre magnitude do valor e valor de troca).

Para analistas anteriores a Marx, como Adam

² Um exemplo biográfico que mescla essa meticulosidade científica de Marx com a sua ausência de temperança pode ser encontrado em McLellan (1995, p. 141).

Smith (1977, p. 51), essa relação entre produção e troca de valores das mercadorias indicava um dilema, visto que o “valor de troca de todas as coisas precisa ser sempre precisamente igual à extensão que esse poder transmite ao seu proprietário”. Para avançar nesse ponto, o autor escocês, por exemplo, utilizou a diferenciação entre o preço de mercado e o preço natural das mercadorias (SMITH, 1977).

Também David Ricardo se dedicou bastante à análise do valor das mercadorias, centrando-se no trabalho como sua única fonte. As suas análises trouxeram alguns avanços significativos, como a defesa da exclusividade do trabalho incorporado na produção de valor – e não mais o trabalho comandado, como advogava Smith (1977) – e a centralidade do valor de troca como parâmetro de determinação econômica das mercadorias. Isso porque, a seu entender, o enfoque da economia política deveria se limitar aos bens reproduzidos e não aqueles escassos ou específicos (RICARDO, 2001).

Contudo, tanto Smith como Ricardo se depararam com limites categoriais que, de forma direta ou não, inviabilizaram um encaminhamento analítico mais profundo. Smith (1971) chegou a admitir que a sua teoria apresentava contradições referentes às relações entre valor advindo da produção e valor pertinente às oscilações de mercado e que, por isso, ela se limitaria historicamente a sociedades pré-capitalistas. Ricardo (2001) tentou analisar a determinação do valor das mercadorias através da análise do valor do trabalho e recorreu ao valor de troca dos salários como fonte de cálculo. Para tanto, utilizou as mercadorias consumidas pelos trabalhadores como base da constituição dos valores dos salários. Acabou, então, caindo em uma tautologia em que o valor do trabalho, ao passo que determinava o valor das mercadorias, era determinado pelo valor das mercadorias.

No fundo, as análises desses autores indicavam uma oscilação entre dois valores: entre os preços das mercadorias apresentados no mercado e os valores provenientes do processo de produção. E, nesse meio, uma categoria especial passaria por essas oscilações: a força de

trabalho. Qual seria, portanto, o valor da força de trabalho: aquilo que se paga ao trabalhador ou aquilo que o trabalhador produziu de valor? Esses dois elementos seriam a mesma coisa e representariam o mesmo valor, ou seriam duas coisas diferentes e requereriam, portanto, duas categorias para a sua análise?

A categoria força de trabalho expressava, dentro de obras de economistas políticos, esta mediação. Ao passo que representava a capacidade produtiva de um indivíduo ou de um conjunto de pessoas – configurando, por exemplo, a capacidade produtiva de uma nação – a força de trabalho também tinha o salário por sua craveira. Com isso, relacionava-se, de forma equivalente, o valor que o trabalhador produzia com o valor que o trabalhador recebia ou, em termos mais diretos, observa-se uma analogia entre valor produzido pelo trabalho e valor pago pela compra da força de trabalho.

Esse “beco sem saída”, conforme as palavras de Engels (2010, p. 26), em que a economia política clássica havia se metido, foi superada apenas a partir das análises de Marx. Assim elucidou Engels, ao tecer comentários acerca de uma obra do seu parceiro:

O que os economistas haviam considerado como custos de produção ‘do trabalho’, eram os custos de produção, não do trabalho, mas do operário vivo. E o que o operário vendia ao capitalista não era o seu trabalho. [...] Poderia, quando muito, vender o seu trabalho *futuro*, isto é, comprometer-se a executar um dado trabalho num tempo determinado. Mas, então, o operário não vende trabalho (que ainda teria de se materializar); põe, sim à disposição do capitalista a sua força de trabalho, a troco de um salário determinado, por um determinado tempo (se ele trabalha por tempo) ou para determinada tarefa (se ele trabalha por peça): ele aluga ou vende a sua *força de trabalho* (ENGELS, 2010, p. 26, grifo do autor).

Contudo, essa diferenciação entre as categorias trabalho e força de trabalho promovida por Marx se circunscreve às suas obras maduras. Notadamente, é a partir do final de 1850, quando Marx realiza um *tour de force* na análise da economia política, que a distinção entre essas categorias começa a se manifestar. Segundo um dos seus principais biógrafos, foi a partir de estudos e anotações iniciadas no final de 1850

que se apresenta a “primeira elaboração da teoria madura de Marx” (MCLELLAN, 1995, p. 281).

Como se pode observar nos escritos de Marx, o período entre 1857 e 1863 manifesta resultados de um grande esforço intelectual. Para além de textos publicados, com destaque para a sua *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, 2010b), nesse período constam três grandes rascunhos produzidos por Marx, sendo que um deles ficou mais famoso, tornando-se conhecido como “*Grundrisse*” (por causa do seu título original: *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*).

Nestes rascunhos constam duas mudanças importantes em relação às análises econômicas anteriormente realizadas por Marx:

Inicialmente, em vez de analisar os mecanismos de troca do mercado (como fazia em 1844), ele agora começou pela centralidade na produção. Segundo, ele agora afirmou que o que o trabalhador vendia não era o seu trabalho, mas sua força de trabalho. Foi a combinação entre estas duas concepções que permitiu a construção da análise da mais-valia (MCLELLAN, 1995, p. 281).

Não obstante, além de estudos efusivos sobre obras e autores da economia política, Marx também realizou, durante esse período da sua vida, uma larga pesquisa documental, baseada em estatísticas e indicadores sociais. Ainda segundo as análises biográficas de McLellan (1983, p. 28), Marx se valeu de um farto material que estava disponível na Biblioteca Britânica, com destaque para os livros de estatística governamental, os chamados livros azuis:

Além de ler os teóricos da economia, Marx recolhia também um bom volume de evidências empíricas. Grande parte delas lhe era proporcionada gratuitamente por revistas e periódicos e pelos relatórios oficiais do governo – os famosos Livros Azuis – que registravam dados sobre preços, lucros, salários e os processos de produção, como as fábricas trabalhavam e como viviam os trabalhadores.

Foi a partir desse longo e profundo processo de pesquisa, baseado tanto em constatações empíricas sobre as condições de trabalho e as determinações que envolvem organizações empresariais, como em pensamentos e análises de

autores da economia política, que Marx principiou avanços inovadores na sua crítica ao modo de produção capitalista. Se a distinção entre trabalho e força de trabalho conduziu à categoria da mais-valia, a crítica à ambivalência de valores das relações econômicas, da troca de mercadorias à produção de mercadorias, encaminhou à análise da especificidade da exploração capitalista. A partir de então, novos elementos e, especialmente, novos sentidos categorias começaram a se revelar na sua análise econômica.

Por um lado, é fato que o contato crítico de Marx com a economia política se iniciou a partir do início dos anos de 1840, com uma tentativa precoce de sistematização crítica no final deste primeiro lustro. Mas, por outro lado, ao longo da sua obra, observam-se importantes diferenças entre o tratamento dado por Marx tanto a categorias como a autores da economia política.

Nesse longo percurso, algumas categorias utilizadas por Marx tiveram os seus sentidos alterados e revisados a fim de incorporar novas determinações sociais. Se tais alterações podem ser explicitadas exemplarmente a partir da categoria força de trabalho, tal fenômeno vem acompanhado de outra categoria: o trabalho abstrato. Em outras palavras, entendemos que categoria do trabalho abstrato representa também um destacado exemplar deste processo, sendo inicialmente conduzida por motores filosóficos e antropomórficos, passando pela incorporação de análises da economia política clássica, até chegar em uma expressão de síntese lógica e histórica.

2 Trabalho Abstrato e Força de Trabalho

Até meados de 1844, quando Marx (2010c) apresentou a sua primeira tentativa de sistematização da crítica da economia política, o sentido dado à categoria de trabalho abstrato estava envolvido, de forma acentuada, por uma crítica de teor filosófico e antropomórfico (WELLEN, 2019). Isso se revela, por exemplo, em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, quando o autor direciona as suas críticas tanto aos integrantes da economia política, como ao principal representante da filosofia idealista alemã.

Em ambos os casos, a crítica encaminhada ti-

nha um caráter de denúncia acerca do tratamento dado, pelos autores criticados, ao ser humano, desprivilegiando-se a sua essência subjetiva ativa. Se Smith e Ricardo teriam reduzido o trabalho e o trabalhador a números e estatísticas, Hegel teria apresentado as atividades humanas limitadas pelo fenômeno da consciência. Das duas formas, estar-se-ia diante de algo "abstrato", ou de um movimento de "abstração".

Por seu turno, a categoria da força de trabalho carrega, nessa obra, uma conexão com esse sentido de crítica à abstração. A redução do ser humano a uma capacidade de produção econômica aparecia, para o Marx de 1844, como uma deterioração da capacidade do ser humano em realizar a sua essência produtiva, ofuscando sua qualidade de demiurgo da história. Analogamente, a própria economia política receberia uma direção crítica equivalente. Na obra em tela, essa ciência operaria, no fundo, como uma tentativa de naturalização das determinações de um circuito econômico lastreado pelo mercado, pela propriedade privada e pela divisão do trabalho.

Da mesma forma, como se tornou bastante conhecido e polemizado nas últimas décadas, foi nessa direção de crítica e de denúncia que Marx (2010c) empregou, na sua famosa obra de 1844, a categoria da alienação. Para tanto, ele modificou o sentido desta categoria, que havia sido utilizada por Hegel de forma idealista e que tinha recebido uma alteração semântica por Feuerbach, que a empregou como crítica à religião e às concepções filosóficas especulativas.

Também por esse fato, destacam-se as presenças desses dois autores nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Entretanto, enquanto Hegel recebe um tratamento bastante crítico, Feuerbach figura, de forma explícita ou não, como uma das principais fontes de inspiração da obra. Desse autor, além da crítica da alienação, ressalta-se também a importância da categoria gênero humano.

E isso vale especialmente para a categoria do trabalho abstrato, que aparece, nessa obra de

Marx, conectado com a categoria da alienação, indicando obstáculos sociais que tornariam impossível a reciprocidade sensorial e consciente entre o processo produtivo, o resultado do trabalho e o sujeito que realiza essa objetivação. Analogamente, por causa dessa relação de alienação, o ser humano se apresentaria com uma ruptura perante o gênero humano, determinando uma relação de enfrentamento.

Além de Feuerbach, nessa época, Marx também estava influenciado por outro pensador que, logo depois, ele passou a externar uma visão bastante crítica.³ Na obra de 1844, a crítica à economia política era também embasada em elementos da análise econômica de Proudhon. Conforme afirma Mandel (1971, p. 41), nesse momento da sua vida, Marx distanciava-se da concepção de que a fonte do valor das mercadorias provinha do trabalho e concordava com as afirmações de Proudhon de "que o aluguel e o lucro são "superadicionados" e, portanto, são fatores que terminavam gerando um aumento no preço" das mercadorias.

Nesse sentido, diferentemente de análises posteriores, Marx, nesse período, lastreava a sua análise econômica pela categoria do preço (diferentemente da categoria de valor, como o fez depois). Além disso, ele rejeitava aquilo que, segundo suas indicações futuras, seria o mais importante da economia política: a teoria do valor-trabalho (MANDEL, 1971; MCLELLAN, 1983).

Um dos primeiros fatos que anunciam uma inflexão nesse percurso se encontra justamente na obra em que o autor alemão acertou as suas contas com o pensador francês que antes o inspirava na crítica da economia política. Em 1847, na sua *Miséria da Filosofia*, Marx (2010d) apresenta uma dura crítica a Proudhon, baseando-se em elementos analíticos oriundos da economia política, com destaque para as análises de Smith e de Ricardo.

Se, de um lado, essa mudança adveio de leituras mais sérias e densas acerca da economia política, de outro lado, alguns condutores políticos se fizeram bastantes presentes. Um

³ Em 1845, de forma tópica, em suas *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 2010e) ou, de forma mais sistemática e contando com a parceria de Engels, na *Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2010f) Marx apresentou as suas críticas ao seu conterrâneo. Já em 1847, com a sua *Miséria da Filosofia*, Marx (2010c) acertou as suas contas, de forma bem mais árida, com Proudhon.

acontecimento merece destaque especial em relação a esse quadrante. Pouco tempo depois de redigir os seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos* em Paris, Marx, juntamente com Engels, realizou uma viagem à Inglaterra. Como destinos centrais, figuravam visitas a organizações sociais e políticas de trabalhadores. Durante essas visitas, Marx observou que a teoria do valor-trabalho e, em especial, algumas análises de Ricardo, eram empregadas por trabalhadores e serviam de fonte para críticas e denúncias contra a exploração capitalista (MANDEL, 1971).

Consubstanciado por novos elementos teóricos e políticos, mesmo com poucos anos de diferença (entre 1844 e 1847), constata-se, pois, uma alteração na crítica econômica de Marx, tanto no seu conteúdo como no seu enfoque. Um dos expoentes desta mudança encontra-se no tratamento dado à categoria da força de trabalho, que passou a ser conduzida principalmente a partir da teoria dos salários de David Ricardo.

A termo de exemplo, segue a seguinte passagem da obra de 1847 (*Miséria da Filosofia*), em que se constata a aderência à tese empregada por Ricardo da equivalência entre salário, preço natural do trabalho e as condições mínimas de reprodução do trabalhador:

Em resumo: o trabalho, sendo ele próprio uma mercadoria, é medido desta maneira, pelo tempo de trabalho necessário para produzir a mercadoria trabalho. E o que é necessário para produzir essa mercadoria trabalho? Apenas o tempo de trabalho suficiente para produzir os objetos indispensáveis à manutenção permanente do trabalho, ou seja, para manter vivo o trabalhador e para a condição de propagar a sua espécie. O preço natural do trabalho não é outra coisa senão o salário mínimo (MARX, 2010c, p. 125).

A força de trabalho, categoria anteriormente utilizada como denúncia filosófica do trabalho abstrato, recebeu, nesse momento, um direcionamento mais estrito à indicação de capacidade produtiva. Inclusive, a crítica ao processo de abstração, antes voltado para os economistas políticos, passou, na *Miséria da Filosofia*, a ter Proudhon como alvo central:

Categorias econômicas são apenas expressões teóricas, abstrações das relações sociais de

produção. M. Proudhon, segurando as coisas de cabeça para baixo como um verdadeiro filósofo, vê nas relações reais nada mais que a encarnação desses princípios, dessas categorias, que estavam adormecidas – como diz o filósofo M. Proudhon – no seio da “razão impessoal da humanidade”.

M. Proudhon, o economista, entende muito bem que os homens produzem tecidos, linho ou seda em relações definidas de produção. Mas o que ele não entendeu é que essas relações sociais estabelecidas são tão produzidas pelos homens quanto o linho, a seda etc. As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção; e mudando seu modo de produção, mudando a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho de mão fornece a sociedade com o senhor feudal; o moinho de vapor, a sociedade com o capitalista industrial (MARX, 2010c, p. 165-166).

Não obstante, conforme indicado anteriormente, a partir do final dos anos de 1850, quando Marx (2010g) realizou um grande esforço de sistematização das suas análises econômica – demarcado nos seus três grandes rascunhos de análise econômica – essa categoria recebeu novos contornos. Foi tão somente a partir desse período que Marx conseguiu realizar a distinção central entre as categorias força de trabalho e trabalho. Da mesma forma, foi após esse momento que as diferenciações teóricas entre as categorias valor e preço lhe permitiram avançar na apreensão sistemática das mediações entre a produção e o mercado capitalistas.

Apenas com a diferenciação entre estes dois conjuntos de categorias abriu-se o caminho para o encaminhamento da análise da mais-valia. Nos rascunhos construídos entre o final dos anos de 1850 e o início dos anos de 1860 e, em especial, na sua obra publicada em 1859 (MARX, 2010a), o primeiro conjunto de categorias (que remetem à relação entre trabalho e força de trabalho) apresentam detalhes importantes. Contudo, é somente a partir da leitura de *O Capital*, assim, como da análise das revisões incorporadas nas reedições desta obra, que se observa uma análise mais segura acerca das formas do valor (CARCHOLO, 2008, p. 15).

Ademais, em *O Capital*, o tratamento dado à categoria do trabalho abstrato remete diretamente

te a esse desenvolvimento dialético, que sintetiza tanto uma análise da historicidade do modo de produção capitalista, como uma expressão lógica da inovadora lei do valor de Marx.

Considerações finais

A partir da análise das formas que Marx utilizou as categorias força de trabalho e trabalho abstrato torna-se possível acompanhar movimentos de inflexões teóricas e políticas. Destarte, essas categorias remetem a uma concatenação de sentidos que, ao fim, expressam uma síntese das influências recebidas por Marx ao longo da vida.

A categoria de trabalho abstrato remete às chamadas três fontes. Inicialmente é utilizada com base nas análises de Feuerbach, servindo de crítica a Hegel e à economia política. Depois passa pela assimilação de análises da economia política, especialmente pertinentes à teoria dos salários de Ricardo. Um novo patamar de análise é alcançado a partir da diferenciação entre valor de troca pago pela força de trabalho e valor produzido pelo trabalhador.

Esse desenvolvimento remete à exposição historicamente determinada da exploração do trabalho dentro do modo de produção capitalista, possibilitado por uma perspectiva crítica da sociedade que desbordava a ideia da sua naturalização. A categoria da mais-valia representa, pois, uma materialização derivada destes avanços teóricos, metodológicos e políticos alcançados por Marx.

Além disso, também conectada com o tratamento dado ao trabalho abstrato e à força de trabalho, encontram-se as análises das crises econômicas capitalistas. Ainda que críticas acerca do equilíbrio econômico capitalista já estivessem presentes na economia política (como em Malthus (1966)), foi a partir das análises de Marx, que se inaugurou uma vertente analítica mais profunda e sistemática.

Na especificidade da crise capitalista, encontra-se uma mistura de superprodução e de superacumulação. E, no cerne desses fenômenos, têm-se movimentos que remetem a diferentes formas de valor: desde o proveniente da produção, passado pela esfera da circulação, até

se chegar à aquisição dos seus consumidores.

Como o valor que o trabalhador recebeu de salário (o valor da força de trabalho) não é equivalente ao valor que ele produziu (valor resultante da realização do seu trabalho), ele não terá condições de adquirir a mesma quantidade de valor equivalente às mercadorias por ele produzidas. Essa diferença de valor, que representa a mais-valia, a depender da configuração econômica e social, terá formas de repartição mais amplas ou não, sempre se principiando pelo capitalista, que controla o processo produtivo.

Contudo, para que a mais-valia seja realizada, a mercadoria produzida precisa ser vendida. Mas as oscilações entre produção e mercado demarcam uma relação caótica e incontrolável, que se estabelecem desde a impossibilidade de controles sobre a produção, passando pelo consumo, até se chegar à circulação. Esses processos perfazem aquilo que Mészáros (2006, p. 94), por exemplo, chama de "defeitos estruturais de controle no sistema do capital".

Se essas premissas podem ser observadas nas análises econômicas maduras de Marx, é também possível visualizar que as categorias de força de trabalho e de trabalho abstrato operam como importantes mediadores desta análise. E isso vale, inclusive, para uma investigação acerca da superação do modo de produção capitalista.

Referências

- CARCANHOLO, Reinaldo. Apresentação. *In: MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ENGELS, Friedrich. Carta de Friedrich Engels para Margaret Harkness. *In: WELLEN, Henrique; WELLEN, Hérica Medeiros (org.). Arte & Política: ensaios sobre estética e marxismo*. São Paulo: ICP, 2019.
- ENGELS, Friedrich. Introdução de F. Engels para Edição de 1891. *In: MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 19-30.
- GRAMSCI, Antônio. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 1992. (coleção Pensamento Humano).

LENIN, V. I. The three sources and three component parts of Marxism. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**. v. 19 (March – December, 1913). Progress Publishers, Moscow, 1977. p. 23-28.

MALTHUS, Thomas Robert. **First Essay on Population (1798)**. London: Palgrave Macmillan, 1966. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-81729-0>.

MANDEL, Ernest. **The Formation of the Economic Thought of Karl Marx**. 1843 to Capital. New York: Monthly Review Press, 1971.

MARX, Karl. Capital: a Critique of Political Economy. Vol. I, Book I, The process of production of capital. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. v. 35 (Karl Marx – Capital Volume I). London: Lawrence & Wishart, 2010a.

MARX, Karl. Contribution to the Critique of Political Economy. Part One. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. v. 29 (Marx 1857-61). London: Lawrence & Wishart, 2010b.

MARX, Karl. Economic and Philosophic Manuscripts of 1844. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. v. 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010c.

MARX, Karl. The Poverty of Philosophy. Answer to the Philosophy of Poverty by M. Proudhon. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. v. 06 (Marx and Engels 1844-48). London: Lawrence & Wishart, 2010d.

MARX, Karl. Theses on Feuerbach [original version]. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. v. 05 (Marx and Engels 1845-47). London: Lawrence & Wishart, 2010e.

MARX, Karl. The German Ideology. Critique of Modern German Philosophy According to Its Representatives Feuerbach, B. Bauer and Stirner, and of German Socialism According to Its Various Prophets. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. v. 05 (Marx and Engels 1845-47). London: Lawrence & Wishart, 2010f.

MARX, Karl. Economic Manuscripts of 1857-1858. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. v. 28 (Marx 1857-61). London: Lawrence & Wishart, 2010g.

MCLELLAN, David. **Karl Marx: a biography**. London: Papermarc, 1995.

MCLELLAN, David. **Marx: um século de pensamento político (1883 – 1983)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RICARDO, David. **On the Principles of Political Economy and Taxation**. Third edition. Ontario: Batoche books, 2001.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Chicago: University of Chicago Press, 1977

WELLEN, Henrique. 1843-44: Marx e Engels e a rejeição filosófica e moral da economia política. **Revista Novos Rumos**. Marília, SP, v. 56, n. 1, p. 01-22, 2019. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2019.v56n1.06.p37>.

Henrique Wellen

Pós-doutor em Teoria Política na University of Kent, em Canterbury, Inglaterra, 2019; doutor em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil; professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em Natal, RN, Brasil, atuando na graduação e na pós-graduação em Serviço Social. Professor colaborador da pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade, da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), em Varginha, MG, Brasil. Possui várias pesquisas e publicações, com destaque para os seguintes livros: *Para a Crítica da 'Economia Solidária'* (2012), *Arte e Emancipação: ensaios sobre cinema* (2016) e *Gestão Organizacional e Escolar: uma análise crítica* (2010).

Endereço para correspondência

Henrique Wellen

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Av. Sen. Salgado Filho, 3000

Lagoa Nova, 59078970

Natal, RN, Brasil